

## BALANÇO DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

35º  
CONGRESSO  
DO ANDES-SN

25 a 30 de janeiro | 2016  
CURITIBA-PR

EM DEFESA  
DA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA E GRATUITA E DO  
DIREITO DOS TRABALHADORES

Organizadores:



# BALANÇO DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN

Antonio Eduardo Alves de Oliveira  
Presidente da APUR e delegado do 35º congresso do Andes

A conjuntura estava favorável para que esse fosse um grande congresso. Estiveram presentes 469 docentes, sendo 356 delegados representantes de 74 Seções Sindicais de todo o país reunidos por uma semana, oportunidade ímpar para preparar a categoria para as lutas políticas necessárias para o ano que acabara de começar com grande crise política e econômica, o que, infelizmente, não aconteceu, graças à ação da burocracia sindical instalada há anos na direção do ANDES-SN.

Para um balanço do congresso é importante, em primeiro lugar, analisar se o evento nacional conseguiu minimamente estabelecer um espaço coletivo para fortalecer a entidade, através da discussão da conjuntura política e da elaboração de um plano de lutas para atuação político sindical. Neste sentido, é preciso dizer que o 35º Congresso do ANDES não representou um instrumento de luta da categoria e expressou o gueto em que se encontra a nossa entidade nacional, em decorrência da falência da atual política da diretoria do sindicato nacional (formada pela coalisão de forças do PSOL, PCB, e agora, de novo, com o PSTU). Esse fato pode ser comprovado pela total ausência de discussão sobre a política nacional e, sobretudo, no esvaziamento dos debates, marcados pelo burocratismo e pela superficialidade.

Um aspecto concreto a ser destacado é que o plano de lutas que deveria ser o ponto central num congresso sindical foi apenas formalmente aprovado, sem discussão alguma no final do evento, apenas para constar. Dessa forma, o congresso do Andes revela a política anti-sindical da diretoria do Andes (constituída por uma esquerda pequeno burguesa) que dirige o sindicato como se fosse uma parlamento revolucionário abstrato e que não tem como eixo os interesses da categoria, mas sim a discussão de “verdades revolucionárias” da burocracia sindical, ultraesquerdista na forma, e vazia no conteúdo.

O ANDES tem deixado de lado os verdadeiros propósitos de uma entidade sindical, ou seja, ser uma entidade de frente única para defesa da luta dos docentes, para, através do reboquismo, da orientação da CSP-Conlutas, ser uma entidade na aparência muito radical, mas que, na prática, não tem ajudado a categoria a avançar em conquistas concretas. Diante do agravamento da crise política esperava-se uma discussão efetiva da conjuntura, uma viva polêmica sobre as diferentes orientações, mas o que se viu foi um verdadeiro fiasco político. Pela articulação do grupo da direção do sindicato foi rejeitado em plenário que no eixo de luta do congresso houvesse qualquer menção à

luta contra o Ajuste Fiscal e mesmo sobre a situação política. A luta contra o golpe da direita foi deixada de lado, o que já era previsível, uma vez que a CSP-Conlutas e setores do movimento docente têm adotado uma política de direita, ou seja, a defesa da derrubada do governo Dilma.

O que chama atenção é a política de avestruz da diretoria do Andes que se recusa a discutir a conjuntura política e mesmo de organizar uma luta contra a política do governo de ataque à educação e aos trabalhadores. O eixo aprovado não significa nada, pois é tão genérico que serve para todos os próximos congressos independente da conjuntura específica, ou seja, não aponta uma orientação específica para as lutas a serem efetivadas neste ano.

Nem mesmo um balanço efetivo das lutas realizadas no ano 2015 foi realizado pelos participantes no 35º congresso do ANDES, o que por si só revela a inutilidade do evento. Seria de fundamental importância um efetivo debate sobre os acertos e equívocos na condução da greve dos docentes das federais em 2015, o que, infelizmente, foi inviabilizado.

A diretoria da APUR apresentou uma tese sobre este balanço e procurou, sem sucesso, promover este debate no congresso. A curiosidade em relação ao balanço da greve foi o revertério do setor que se apresentava como mais radical na greve, o PSTU, que foi um dos principais responsáveis pela condução intransigente nos momentos decisivos, lançou um texto no caderno anexo criticando o ANDES por não ter assinado o acordo com o governo federal, e que foi assinado pelo PROIFES e SINASEFE, o que mostra a total falta de coerência e seriedade destes setores que participaram da coordenação da greve. A crítica não é pela possibilidade de mudar posições, sobretudo, quando os erros são evidentes, mas o que não é correto é esconder a atuação na condução da greve, para depois apresentar uma posição totalmente inversa a sua conduta na greve, sem uma autocrítica.

De qualquer forma, é importante destacar a atuação da delegação da APUR no evento, que levou a sua maior delegação desde o início de nossa participação nacional, a nossa intervenção serviu como um contraponto à política do setor majoritário, construindo um polo político alternativo no congresso, colocando como eixo a defesa do sindicato nacional como espaço de frente única em torno dos interesses da categoria, e de unidade com as lutas da maioria dos trabalhadores do Brasil.

## 35º CONGRESSO DO ANDES-SN DEFINE AÇÕES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS



**Os delegados aprovaram a realização do II Encontro Nacional de Educação no mês de junho de 2016 e também criticaram a política de reforma curricular da Educação Básica, materializada no texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do MEC.**

No início da tarde de quinta-feira (28), os participantes do 35º Congresso do ANDES-SN realizaram amplo debate durante a Plenária do Tema 2, e definiram parte das Políticas Sociais e do Plano Geral de Lutas do Sindicato Nacional para 2016. A realização dos encontros preparatórios para o II ENE até abril de 2016 e da segunda edição do Encontro entre os dias 16 e 19 de junho de 2016, em Brasília (DF), junto ao encaminhamento de uma nota crítica acerca da política de reforma curricular da Educação Básica, materializada no texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foram os principais destaques.

No primeiro momento de discussão, uma série de ações relativas à política educacional do sindicato foi aprovada pelos delegados presentes, com objetivo comum de intensificar a luta contra a crescente mercantilização da educação, a precarização do trabalho docente e a resignificação do caráter público da educação, presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e nos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional, tanto nas leis já aprovadas quanto nos programas do governo em andamento. Entre as principais deliberações, destaca-se a luta contra a aprovação do PL 8667/2015, que propõe a criação do Programa Escola sem Partido, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF), exigindo o seu arquivamento, e a luta contra a assinatura, por parte

do governo brasileiro, do Trade in Services Agreement (TISA), que visa regulamentar a educação como serviço, articulando ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas.

### II ENE será realizado de 16 a 19 de junho de 2016, em Brasília (DF)

A partir do consenso com demais entidades que fazem parte do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!, os participantes do 35º Congresso do ANDES-SN deliberaram a participação dos docentes no II Encontro Nacional de Educação (ENE), no período de 16 a 19 de junho de 2016, em Brasília (DF) e a realização dos encontros preparatórios que antecedem o Encontro, até abril de 2016, tendo como referência todo o material produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!

Os delegados também, a partir também do já consensuado entre as entidades que fazem parte do Comitê, deliberaram por defender no II ENE a elaboração de uma agenda de lutas em defesa da educação pública, articulada com demais entidades representativas dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil. Além disso, aprovaram a incorporação das discussões acerca dos projetos de leis que atacam a Educação Pública, tanto nos encontros preparatórios que antecedem a realização do II Encontro Nacional de Educação como também no próprio Encontro, tendo como referência o Caderno nº 26 do ANDES-SN.

Os participantes definiram que as secretarias regionais e as seções sindicais do ANDES-SN, em conjunto com demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, e oposições sindicais e estudantis no campo classista, devem constituir os comitês estaduais em defesa da educação pública e fortalecer os já existentes.

### Docentes criticam Resolução nº 2/2015 e reforma curricular da Educação Básica

Durante a plenária, os delegados aprovaram a intensificação da organização dos docentes e a articulação com as entidades nacionais e locais, com as faculdades de educação das universidades federais, para que se construam estratégias para barrar a política de formação de professores - contemplada na Resolução nº 2/2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que privilegia os empresários da educação, desvaloriza o Magistério e ameaça a manutenção dos direitos dos professores brasileiros. Além de encaminhar também que sejam realizadas discussões e análises acerca do tema no Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) do ANDES-SN e nas seções sindicais, quando possível em articulação com as entidades nacionais e locais da área da educação.

Os delegados também aprovaram o encaminhar ações políticas e jurídicas para barrar a política de reforma curricular da Educação Básica, materializada na proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de iniciativa do MEC, denunciando seu caráter



tecnicista e pragmático sintonizado com os interesses imediatos do mercado e em detrimento aos interesses da formação humana da classe trabalhadora.

Bernardo Ordonez, docente da Universidade Federal da Bahia (Ufba), corrobora com a ideia de que o texto preliminar da Base Nacional Curricular Comum prepara muito mais o estudante mirando o mercado de trabalho. “Isso faz com que ele não desenvolva uma autonomia no pensar. Ao estruturar o currículo dessa forma, você tem prejuízos enormes. Pedagogicamente é impensável. Você acaba podando o estudante de escolher o caminho que ele quer trilhar, ditando o que ele vai ser e como vai ele vai fazer para chegar lá”, diz. Ao fazer um paralelo com o ensino dentro da sua sala de aula, no curso de Engenharia Elétrica, na Ufba, Ordonez afirma que é muito mais útil preparar o estudante para que ele se torne capaz de identificar e resolver um problema utilizando as ferramentas disponíveis do que “ensiná-lo a se um especialista em como apertar um botão de uma fábrica”.

O docente também afirma que “a cada dia vemos mais dinheiro privado dentro da universidade pública. Não é de graça, por exemplo, que uma empresa automobilística

monta um laboratório dentro da universidade. Por isso quando você não tem dinheiro público para garantir uma autonomia de ensino, você acaba tendo um ensino condicionado aos interesses de quem o financia. A partir do momento em que você não tem autonomia financeira, a sua autonomia pedagógica também acaba”, finaliza.

Por conta dessas análises, os delegados deliberaram que o ANDES-SN, ao lado de outras associações e entidades, refute publicamente, através de uma nota crítica, o texto preliminar da Base Nacional Curricular Comum, organizada pelo Ministério da Educação (MEC), elencando os pontos que vão de encontro aos princípios do Sindicato Nacional, denunciando a falta de debate real e efetivo sobre a reforma curricular da Educação Básica com a sociedade e a preocupante modificação que essa reforma trará para os rumos da educação básica brasileira. E para subsidiar o aprofundamento do debate, os docentes aprovaram também que o Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) do ANDES-SN deva produzir um material com reflexões gerais e específicas sobre os elementos contidos na proposta preliminar da BNCC e também sobre a Resolução nº 2/2015.

Texto do ANDES-SN, disponível em : <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7960>

## DOCENTES APROVAM AÇÕES EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E CONTRA A EBSERH



A luta em defesa dos direitos de aposentadoria pública e integral, contra o fundo de pensão dos servidores federais (Funpresp) e o combate à contrarreforma da saúde pública estão entre as deliberações aprovadas pelos delegados do 35º Congresso do ANDES-SN, durante o segundo momento da plenária do Tema 2, que debateu as políticas sociais e o plano de lutas geral do Sindicato Nacional para 2016. Os participantes encaminharam ainda questões referentes às políticas agrária, urbanas e ambientais que integram a agenda de lutas da entidade.

### Aposentadoria

Os docentes aprovaram a intensificação da luta em defesa da Previdência Pública e Estatal e dos direitos dos aposentados e pensionistas e da aposentadoria integral dos docentes e dos demais trabalhadores através de uma agenda de ações, com encontros regionais e estaduais, centrada na mobilização de base e articulada com demais setores da classe trabalhadora.

Durante as falas, foi destacada a importância de se lutar pela volta da integralidade da aposentadoria para os novos servidores, como forma, inclusive, de combate ao Funpresp, que tem como base, para estimular a adesão, o teto do Regime Geral da Previdência Social. Além disso, os docentes decidiram ampliar a luta para exigir do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o reestabelecimento do artigo 192 da lei 8112 do Regime Jurídico Único, com a revogação da nota técnica 188/2012, que trata da aposentadoria integral e enquadramento dos docentes.

Os docentes denunciaram ainda a cessão, por parte dos empregadores estatais, de dados pessoais dos servidores para empresas de cartão de crédito e venda de serviços e também à Fundação que gerencia o Funpresp. Para combater essa prática, foi aprovado organizar uma ação jurídica que impeça esta prática.

Para Antonio Gonçalves, da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma - Seção Sindical do ANDES-SN), a luta que os docentes, através do Sindicato Nacional, vêm travando contra o Funpresp, tem obtido bons resultados.

“Essa é uma luta que estamos fazendo com muita competência, pois tem alertado os docentes do dano que é aderir ao Funpresp. Ao perceber isso, o governo agora torna a adesão automática, na tentativa de salvar esse Fundo. Por isso, as estratégias que foram discutidas na Plenária de ontem são tanto de endurecer a campanha pela não adesão quanto denunciar a adesão automática – algo gravíssimo. Estamos alertando a nossa base para não aderir ao Funpresp, relatando todos os danos que esse fundo traz para a aposentadoria. O nosso objetivo continua na defesa pela aposentadoria integral para todos os servidores, inclusive para aqueles que ingressaram no serviço público federal a partir de fevereiro de 2013”, comentou.

### Combate à Contrarreforma da Saúde Pública

A truculência e autoritarismo nos processos de adesão das Universidades Federais à Empresa de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi destaque nas falas dos debatedores, que ressaltaram a importância de tornar público os problemas vivenciados pelas Ifes que já aderiram à Ebserh e os contratos firmados com empresas privadas. Para isso, os delegados aprovaram a realização de um dossiê com descrições e análise de fatos, que será lançado em um Seminário Nacional sobre o tema.



Ainda em defesa do SUS e da garantia de serviços públicos de qualidade, os docentes irão fortalecer a luta em articulação com as demais entidades sindicais e com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde pela revogação da Ebserh e contra a PEC 451/2014, que prevê autorizar a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde.

Antonio Gonçalves avaliou como muito positiva as discussões acerca da Ebserh e da defesa da saúde pública, que já têm demandado muita discussão dentro do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN. “A Ebserh tem efetivamente conseguido avançar de forma bastante autoritária dentro da conjuntura nacional, uma vez que os reitores estão aderindo à Empresa sem que a comunidade acadêmica seja consultada. Os hospitais estão sendo sucateados para criar um ambiente em que a Ebserh seja vista como a única alternativa viável de gestão dos HU. Nós discutimos aqui como enfrentar essa ampliação da Ebserh nos hospitais universitários, e, naqueles onde a empresa já foi implantada. Foi no Maranhão que tivemos uma das primeiras unidades a ser cedida para a Ebserh, e agora vamos fazer estudos e acompanhamentos para mostrar as contradições e que o sucateamento continua mesmo com a cessão dos hospitais universitários para a Empresa”, ressaltou.

Segundo o docente da UFMA, a Ebserh tem aprofundado a precarização do trabalho, com a modificação dos regimes de trabalho (de RJU para CLT). “Docentes que tenham alguma atividade ligada aos hospitais universitários estão sendo cedidos para a Ebserh. Isso aconteceu no Maranhão, onde uma professora ao assumir a coordenação de um grupo de pesquisa ligado ao HU e foi cedida para a empresa. Portanto, a Ebserh vai de encontro aos princípios do SUS e também inaugura uma forma perversa de relação de trabalho, em que as pessoas que já tem direito adquirido pelo RJU estão sendo empurradas, cedidas para essa empresa. Ferindo, dessa forma, a Constituição Federal ao ampliar o quadro de pessoal, através de contratos CLT, asseguradas inicialmente pelo RJU”, denunciou.

### Políticas Agrárias, Urbanas, Ambientais e Comissão da Verdade

Ainda na primeira parte da plenária do Tema II, realizada entre quinta (28) e sexta-feira (29), os docentes discutiram e aprovaram encaminhamentos a respeito da atuação no âmbito das Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais e sobre o trabalho da Comissão da Verdade do ANDES-SN, destacando a importância das seções sindicais de se engajarem no trabalho de levantamento de informações sobre os crimes da ditadura empresarial-militar, na luta por memória e justiça, e na construção de memória de todos os assassinatos políticos e denúncia do genocídio da população negra, indígena, quilombola, cigana, camponesa e dos moradores de periferia.

Ainda nessa temática foi deliberada a luta pela reforma tributária progressiva, acrescida de um estudo sobre o tema, sob coordenação do Grupo de Trabalho sobre Verbas do Sindicato Nacional.

As discussões sobre as Políticas Sociais e o Plano de Lutas Gerais do ANDES-SN prosseguem nesta sexta-feira (29), com deliberações sobre políticas sindicais, de comunicação, ciência e tecnologia e questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexuais.

Texto do ANDES-SN, disponível em : <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7961>.



# DOCENTES APROVAM PLANOS DE LUTAS DOS SETORES NO ÚLTIMO DIA DO 35º CONGRESSO



A última plenária temática do 35º Congresso do ANDES-SN realizada entre a noite de sábado (30) e a madrugada do domingo (31) aprovou os planos de lutas dos docentes dos setores das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (lees/Imes) e das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) para 2016.

Os docentes deliberaram por conjunto de ações para intensificar a luta e também aprofundar a discussão sobre os desafios organizativos impostos pela multicampia, que é uma realidade de ambos os setores, e que tem suas especificidades em cada instituição.

## Setor das lees/Imes

Seguindo a tradição no calendário de luta dos docentes das estaduais e municipais, os delegados aprovaram a realização da semana de luta do setor, entre os dias 23 e 27 de maio, em defesa de mais recursos para as instituições estaduais e municipais, bem como a realização, no segundo semestre de 2016, do XIV Encontro Nacional do Setor, na cidade de Salvador (BA), sob organização da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Bahia (Aduneb SSind).

Outros pontos destacados nos debates foram os desdobramentos da política ajuste fiscal que vem sendo promovido em vários estados e municípios, com o atraso no pagamento de salários e retirada de direitos sociais dos servidores, e a implantação de fundos de pensão estaduais, como já ocorreu no Paraná, por exemplo. Os participantes reafirmaram a necessidade de intensificar a mobilização para barrar esses ataques e ainda de fazerem o levantamento da situação orçamentária e financiamento das IES para instrumentalizar a luta por mais verbas para as instituições.

Para Valter Silva, delegado da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz (Adusc SSind), os debates do setor das lees/Imes avançaram muito no 35º Congresso. “Pautamos muitas questões importantes, principalmente em relação aos desafios que vamos ter para o ano de 2016. Apontam-se vários ataques aos nossos direitos e nós vamos ter que reafirmar a nossa luta. Reafirmamos a necessidade de termos mais apoio para as lutas das universidades estaduais, aprovamos a semana de mobilização e diversas ações em relação a como fazer o enfrentamento. Foi um ganho extraordinário para todos nós o debate que foi travado aqui. Isso é importante para nosso sindicato”, avaliou.

Silva destacou ainda o debate da multicampia, realidade que atinge as instituições de ensino superior de forma geral e demonstra claramente a precarização na expansão das universidades brasileiras. “Acho que este congresso possibilitou discussões importantes e também mostrou a necessidade de estarmos cada vez mais organizados para enfrentar a luta nos estados e também em nível nacional”, afirmou.

## Setor das Ifes

No plano do Setor das Instituições das Federais de Ensino Superior (Ifes), os docentes aprovaram a pauta específica, atualizada, para a campanha 2016 e também a campanha

conjunta com as demais categorias do serviço público federal, ressaltando a necessidade de articulação em âmbito local, das seções sindicais, com as demais entidades dos SPF nos estados.

As lutas pela abertura imediata de concursos e contratação via Regime Jurídico Único, pela anulação da reforma da previdência e contra a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Federais (Funpresp), pela revogação das leis que criaram a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e as Organizações Sociais (OS) e pela anulação de todas as ações decorrentes de tais leis, estão na pauta dos enfrentamentos de 2016.

Outra grande luta que a ser travada em 2016 será contra o aprofundamento da desestruturação da carreira docente, imposta pelo PL 4251/2015, que “altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências”.

Foi deliberado denunciar e lutar contra os efeitos deste PL, atualizar os estudos sobre as perdas salariais impostas pelo projeto e seus impactos para os aposentados e produzir materiais que explicitem as consequências nefastas do PL 4251/2015 sobre a carreira, o trabalho e o direito dos professores ativos e aposentados.

Os delegados aprovaram ainda uma agenda temática de mobilização. O mês de fevereiro será marcado pela defesa do caráter público das IFE e combate à Funpresp. Já março terá como pauta “Orçamento das IFE e a luta contra as OS”. O tema de abril será “Carreira docente, precarização e condições de trabalho” e de maio “Autonomia e Democracia”.

Para Gustavo Gomes, da delegação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff SSind), as discussões do congresso servirão para instrumentalizar e armar a categoria para enfrentar um ano no qual o governo já anuncia uma série de ataques aos direitos dos servidores públicos, em especial aos docentes das federais.

“Temos que avançar não só na resistência a esses novos ataques, como também à alguns que já estão em curso. Acho que nós aprovamos aqui a retomada, com força, da nossa reação, a partir de pontos importantes, como a rejeição à vinculação automática à Funpresp, que é previdência complementar dos SPF, articulando isso com a luta pela anulação a reforma da previdência, em um momento em que o governo já está anunciando novas reformas. Por isso, é necessário que essas lutas sejam articuladas. Essas e outras medidas, como o combate à flexibilização do Regime Jurídico Único, via organizações sociais e via Ebserh - que já faz contratação via CLT, sem estabilidade – compõe uma série de iniciativas que o sindicato vai tomar ao longo desse ano, seguindo uma agenda que foi aprovada aqui, para resistir aos ataques aos direitos dos servidores públicos e em defesa de uma educação pública de qualidade”, avaliou.

Texto do ANDES-SN, disponível em : <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7968>.

## A GREVE DOCENTE E A LUTA POR UM ANDES CONSTRUÍDO PELA BASE

A greve dos docentes das universidades brasileiras teve como motivação principal a luta contra a política de ajuste fiscal e, em especial, os cortes de verbas para educação, que atingiram fortemente os orçamentos das universidades públicas federais. As condições de negociações em torno da carreira docente e da reversão dos cortes foram extremamente difíceis, com o governo jogando claramente para evitar uma negociação efetiva. Além disso, é importante ressaltar que a crise política do governo Dilma, com a pressão política oriunda das tentativas golpistas da direita, foi mais um fator que aumentou as incertezas da greve.

De qualquer forma, a construção da greve tem sido um aspecto importante para um posicionamento político de oposição aos cortes e em defesa da universidade pública. Cabe sublinhar neste balanço provisório, que a condução da greve nacional da categoria em um cenário complexo - como brevemente apontado - é, sem dúvida, algo extremamente difícil, e exigiria das direções sindicais uma política de luta, mas também de grande precisão. Num cenário de extrema dificuldade política, com o governo em crise, que em nenhum momento se predispôs a uma negociação efetiva, um acerto importante do movimento docente foi a construção da unidade do Fórum das entidades sindicais

do serviço público, mesmo sob o fogo cerrado das tentativas do governo em dividi-lo (o que acabou efetivamente acontecendo nas negociações em separados) representou uma importante conquista para as lutas que virão.

Uma conclusão preliminar da greve é a importância da construção de uma nova direção para o movimento docente; uma condição subjetiva, mas essencial, para preparar as lutas necessárias para o próximo período. As greves de 2012 e 2015 demonstraram que não podemos fugir dessa questão, sob a pena de sermos constantemente derrotados. Dessa perspectiva, a crise do movimento docente, que já se manifestou na greve de 2012 (com o papel divisionista e pró-governo do Proifes e o ultrasquerdista do Andes) representou um componente negativo num cenário político ainda mais complicado do que há três anos.

A política da direção do Andes precisa ser caracterizada como centrista, ou seja, fica no meio do caminho, assim, ao mesmo tempo em que teve um acerto importante quando apostou na construção da unidade do Fórum das entidades sindicais do serviço público, mesmo sob o fogo cerrado das 32 tentativas do governo em dividi-lo (o que acabou



efetivamente acontecendo nas negociações em separados), por outro lado, adotou alegremente a política da CSP-Conlutas. Assim, no momento crucial da greve, quando a maioria das entidades do serviço público jogava todas as fichas nas mobilizações e negociações em Brasília, a diretoria do Andes, seguindo a CSP-Conlutas, decidiu abandonar a campanha salarial para participar da aventura divisionista (...) do dia 18 de setembro (ato pelo Basta/Chega Dilma em oposição ato da CUT/MST/MTST do dia 20 de agosto).

A Direção do ANDES apresentou como norma na greve uma mensagem triunfalista que não corresponde ao processo de negociações nem aos impactos reais do movimento. A falta de sintonia com as bases, e o estilo predominante de demonstrar que havia avanços, quando qualquer um poderia ver as dificuldades, foram fatores decisivos para amplificar as dificuldades que já eram muitas. O efeito prático dessa política era exatamente o contrário do que se pretendia, assim, a falta de adesão de importantes

universidades ao movimento grevista, em especial na região sul e sudeste, era mascarado com um quadro de greve com muitas seções sindicais de uma mesma universidade, mas não se explicava por que a base tradicional do Andes (inclusive com diretores do sindicato) não entrara em greve ou mesmo entrara muito tempo depois e em alguns casos, saíram logo.

A explicação adotada, apresentada informalmente, era que os professores da reitoria, os governistas, os docentes produtivistas não queriam lutar, ou seja, uma explicação sociológica de segunda categoria para isentar a diretoria do Andes da sua responsabilidade política. Uma conclusão preliminar da greve é a importância da construção de uma nova direção do movimento docente, uma condição subjetiva, mas essencial para preparar as lutas necessárias para o próximo período. As greves de 2012 e 2015 demonstraram que não podemos fugir dessa questão, sob a pena de sermos constantemente derrotados.

Contribuição da diretoria da APUR para o Caderno de Textos do 35º Congresso do ANDES-SN

## CONSTRUIR UM ESPAÇO DE LUTA POR OUTRA DIREÇÃO POLITICA PARA O ANDES-SN

Durante a realização do 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, em Curitiba, reuniram-se delegados que constroem cotidianamente nosso sindicato nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, todos buscando entender, partindo de sua própria experiência, os rumos do sindicato neste momento grave da situação nacional. Reunimo-nos sob o impacto da plenária de conjuntura do 35º Congresso que se recusou a colocar na centralidade da luta o combate a este Ajuste Fiscal que joga nas costas dos trabalhadores o custo da crise, bem como a luta contra a ofensiva pró-impeachment em curso.

### A SITUAÇÃO, SEM DÚVIDA, É COMPLEXA!

Em nosso continente, o imperialismo visa a recobrar o terreno perdido nos últimos anos, sobretudo no Brasil, Argentina, Venezuela, Cuba, como demonstram a vitória de Macri na Argentina, e a recém-eleita maioria parlamentar de direita na Venezuela. No Brasil, as evidências estão na aplicação do Ajuste Fiscal, cujo último lance é o anúncio de uma nova Reforma da Previdência, pelo Governo Dilma, na contramão do voto dado em 2014. É exatamente esta política que se choca com as reivindicações dos trabalhadores, e que oferece à burguesia o espaço para a tentativa golpista. Por isso, os professores nas universidades esperam que o seu sindicato lute para que, depois da saída de Levy, se vá também o Ajuste Fiscal, e que, o sindicato se posicione contra o impeachment cujo conteúdo é impor uma regressão radical em todas as conquistas sociais da categoria e do nosso povo. Mas a direção do sindicato não responderá positivamente a este anseio!

### É PRECISO REAPROXIMAR ANDES-SN DA SUA BASE E DO CONJUNTO DA CLASSE TRABALHADORA

É do chão concreto das universidades que os presentes à reunião se esforçaram para avaliar os rumos que a atual direção do ANDES-SN vem implementando, onde se nota: 1. a secundarização da pauta sindical que é a base para a ampla unidade necessária para arrancar as reivindicações, 2. o esvaziamento da vida sindical, 3. a substituição da luta para integrar a maioria dos professores nas entidades pela rotina dos pequenos grupos satisfeitos com seu próprio discurso aparentemente radical, 3. a indisposição para negociar com os governos, 4. a dificuldade de conviver com as divergências no movimento sindical. Estas constatações se sucederam nos depoimentos, com os presentes acrescentando o efeito negativo disso na greve das federais em 2015. O número de docentes nas assembleias, nos atos, nas raríssimas ações diretas, o número de sindicalizados que tem ido às urnas para eleger direções, tudo evidencia isto. A necessidade de romper com o isolacionismo de nosso sindicato diante das seguidas iniciativas dos movimentos sociais durante o ano de 2015, particularmente evidente nas manifestações de centenas de milhares em 16 de dezembro último, procurando deter a direita e barrar o ajuste fiscal esteve no centro das preocupações dos delegados que compareceram à reunião.

### A MAIS AMPLA UNIDADE PARA DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

Frente ao anúncio de uma nova Reforma da Previdência, das medidas de parcelamento de salários e de reajuste zero nos estados, o que reforça ainda mais a sanha dos setores golpistas, não há saída senão na mobilização de massas. Para o que é imprescindível a mais ampla unidade em torno destes pontos concretos. Infelizmente o contrário da orientação majoritária no ANDES-SN.

Mudar de orientação significa estabelecer como centralidade da luta a batalha pela mudança desta política econômica, pois este Ajuste Fiscal, política de superávit primário para pagar a dívida pública, inviabiliza qualquer reivindicação concreta dos trabalhadores. Furtar-se de enfrentar a tentativa de golpe, que visa a destruir os direitos sociais e a democracia não ajudará a barrar o retrocesso. As condicionalidades impostas pela atual direção do ANDES-SN como empecilhos para a luta unitária com as maiores organizações sindicais e populares não ajudam na mobilização e na conquista das reivindicações.

### BUSCAR OUTRA ORIENTAÇÃO PARA O ANDES-SN

Reconhecemos a necessidade de prosseguir a luta por outra orientação para o sindicato, pela retomada das lutas unitárias, para romper o isolamento que a atual política impõe ao ANDES-SN, para restituir ao sindicato e a suas seções o caráter de instrumento de amplo agrupamento dos sindicalizados, sem restrições, sem desqualificações dos que pensam diferentemente, assim como para resgatar o sindicato para sua função primordial de defesa das demandas dos docentes universitários frente aos governos. Faz parte desta necessária reorientação a defesa da independência do sindicato frente aos governos e aos partidos, subordinado tão somente às decisões de suas bases, tomadas nas instâncias que, por outro lado, precisam ser revitalizadas.

Por isso, resolvemos constituir um espaço permanente de articulação, troca de informações e experiências com vistas a construir outra orientação para o sindicato, o Fórum Renova ANDES-SN.

Este agrupamento visará a forjar uma reflexão e uma ação articulada entre os professores participantes para incidir no dia-a-dia das seções sindicais, nas instâncias do ANDES-SN e nas lutas.

Dirigimo-nos aos sindicalizados para que todos que compartilham desta insatisfação se juntem a nós na constituição deste espaço comum de discussão e de ação que deverá se expressar através de um boletim de correspondência que ajude na nossa atuação comum na vida sindical.

Curitiba, 30 de janeiro de 2016

FÓRUM RENOVA ANDES-SN

Contatos: forumrenovaandes@gmail.com

### FÓRUM DOS SPF REALIZA REUNIÃO AMPLIADA DIAS 27 E 28 EM BRASÍLIA

**REUNIÃO AMPLIADA** 27 E 28 DE FEVEREIRO  
HOTEL IMPERIAL  
BRASÍLIA - DF

do Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

**PALESTRAS**

- A Previdência Social, FUNPRESP e as propostas de contrarreforma  
Sara Granemann | Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ
- Precarização dos Serviços Públicos  
Ana Magni | Analista Sócio Econômica do IBGE

CAMPANHA UNIFICADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS | 2016

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realizará reunião ampliada nos dias 27 e 28 de fevereiro (sábado e domingo), em Brasília (DF). Na ocasião, os servidores debaterão a Campanha Unificada dos SPF 2016, que tratará da defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores.

No sábado pela manhã haverá uma mesa sobre a Reforma da Previdência e o Desmonte

do Estado, com a presença de Sara Granemann, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora de assuntos de aposentadoria, e de Ana Magni, analista sócio econômica do IBGE. À tarde terão lugar os Grupos de Trabalho e a sistematização. No domingo haverá a apresentação das sistematizações e a plenária final dos SPF.

A reunião ampliada será realizada no Hotel Brasília Imperial. As inscrições devem ser feitas por meio de preenchimento de formulário e do pagamento da taxa de R\$110 na conta indicada.

O ANDES-SN, por meio da Circular 016/2016, solicita ampla divulgação e participação das seções sindicais no evento. Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente e uma das coordenadoras do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do ANDES-SN, ressalta a importância da presença dos docentes federais na reunião ampliada, que é resultado de outra reunião, realizada em janeiro.

“O governo já está articulando mais cortes e ataques aos direitos dos trabalhadores, por isso é fundamental construir as lutas em defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores, de forma articulada, consolidando a unidade política de ação dos Servidores Públicos Federais”, afirma a docente. Marinalva ressalta que as seções sindicais devem se empenhar em participar, das reuniões e seminários nos fóruns dos servidores federais nos estados, previstas para ocorrer entre 15 e 26 de fevereiro, para aprofundar a discussão sobre a proposta de pauta da Campanha Unificada, que será consensuada na reunião ampliada.

“Nesta reunião ampliada consensuaremos a Campanha Unificada dos SPF para 2016 e as lutas contra o desmonte do serviço público e dos direitos dos SPF. O 35º Congresso do ANDES-SN, que ocorreu no final de janeiro, aprovou a proposta de Campanha Unificada e apresentaremos na Reunião Ampliada para discussão com as demais entidades do Fórum. O ANDES-SN está empenhado na construção deste encontro e convoca as seções sindicais a organizarem caravanas para participar da reunião, em Brasília, nos dias 27 e 28 de fevereiro”, completa a 1ª vice-presidente do ANDES-SN.

# REGRAS DA ANS COLOCAM NA UTI SISTEMA DE AUTOGESTÃO

Os órgãos de controle do governo vêm impondo uma série de normas que podem inviabilizar a atuação de cerca de 130 operadoras de planos de saúde sem fins lucrativos, que atendem milhares de beneficiários em todo o Brasil, entre eles cerca de cinco milhões de servidores públicos.

Uma das obrigações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que pode comprometer severamente os planos de saúde autogeridos, é a constituição de reservas técnicas mensais calculadas de acordo com fluxo de guias faturadas referentes aos serviços prestados aos assistidos.

Estamos falando tanto de operadoras de pequeno e médio porte, com até três mil beneficiários, quanto de carteiras com mais de 100 mil beneficiários, como a da Cassi (Banco do Brasil), Postal Saúde (Correios), FioSaúde (Fundação Oswaldo Cruz), Capesesp (Fundação Nacional de Saúde), Assefaz (ministério da Fazenda) e Geap Autogestão em Saúde (ministérios da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituto Nacional do Seguro Social, Dataprev, entre outros) – essas duas últimas sob forte pressão da agência reguladora, em processo de direção fiscal.

Essas operadoras são obrigadas a elevar absurdamente os valores das suas mensalidades para conseguir custear o atendimento aos beneficiários e, ao mesmo tempo, constituir as reservas técnicas legais. A Geap, por exemplo, precisou reajustar suas mensalidades em 37,55% a partir de 1º de fevereiro - 14% do aumento corresponde ao aporte necessário para garantir o provisionamento.

A reserva técnica causa ainda prejuízos à atenção prestada aos beneficiários da saúde suplementar. Ao ter que aplicar um valor muito alto no sistema financeiro, a ANS acaba por priorizar a proteção financeira em detrimento de estratégias que podem melhorar a qualidade de vida do beneficiário. Para atender essa demanda, deixa-se de investir na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, e em outros programas de atenção básica à saúde, que fazem parte da missão do sistema de autogestão e são preconizados pela própria agência reguladora.

O que está em debate não é a constituição de uma reserva em si – prática importante para a garantia de atendimento em casos de falência das operadoras. É fundamental, no entanto, rediscutir os critérios de controle das empresas sem fins lucrativos. O provisionamento exigido de planos de saúde que visam o lucro não pode ser semelhante ao dos autogeridos, que reinvestem tudo o que arrecadam em saúde.

No Brasil, cerca de cinco milhões de servidores públicos utilizam planos de saúde sem fins lucrativos. A gestão dos recursos, que são devidamente auditados, é transparente.

Além de contribuírem financeiramente com a operadora de saúde, os beneficiários das autogestões participam de decisões estratégicas sobre a organização administrativa da instituição e exercem controle social, por meio de representantes eleitos para participar dos conselhos de administração das operadoras. A composição desses colegiados agrega representantes de entidades sindicais dos servidores públicos e de órgãos que patrocinam a autogestão.

Na relação entre os assistidos e a operadora de autogestão, não há intermediação de corretores e os beneficiários pagam apenas pelos serviços realmente utilizados, o que torna os custos de manutenção menores que os planos comerciais de assistência à saúde. É claro que operadoras que não têm uma gestão séria e comprometida com os interesses de seus beneficiários podem ser liquidadas e chegar à falência. No entanto, existem diversos mecanismos de controle e formas de monitorar essas operadoras, sem necessariamente exigir uma reserva em patamares tão elevados.

O que os órgãos de controle não conseguem ou não querem enxergar é que os planos lucrativos estão concentrados nas grandes metrópoles e nas cidades ricas do interior de alguns estados. Já os autogeridos estão presentes nas regiões mais remotas, como é o caso da Postal Saúde, da Geap e da Capesesp, que atuam no modelo de atenção por níveis de complexidade, com acompanhamento sistêmico. Essas operadoras oferecem aos seus beneficiários desde programas de atenção básica domiciliar, passando pelo atendimento em clínicas e chegando à internação, nos casos que demandam atenção hospitalar e cirurgias.

É um cuidado mais próximo, um olhar direcionado para o perfil dos beneficiários dos planos de saúde. E essa tarefa envolve equipes interdisciplinares – formadas por médicos, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, dentistas, entre outros – que vão ao encontro dos assistidos até mesmo nos locais de trabalho.

E, ao contrário dos planos de saúde lucrativos que evitam a adesão de idosos por causa dos custos, os planos de autogestão sérios e comprometidos conseguem prestar bons serviços independentemente da idade do seu público – 60% da carteira da Geap é formada por pessoas com mais de 50 anos de idade.

Todas essas variáveis e especificidades, muito mais importantes do que um fundo monetário, precisam ser consideradas ao se estabelecer regras e exigências de acompanhamento e controle desses planos. A equidade, um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), precisa com urgência ser levada em consideração pelos órgãos que regulamentam as autogestões, que exercem um importante papel social, ao complementar a atenção oferecida pela rede pública de saúde com serviços de qualidade a preços justos.

*Texto escrito por: Vagner Freitas, presidente Nacional da CUT, disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/regras-da-ans-colocam-na-uti-sistema-de-autogestao-34f9/>.*

## ANTIPRIVATISTAS PRECISAM DE 11 VOTOS PARA BARRAR PLS 555

Está por 11 votos a derrubada do PLS (Projeto de Lei do Senado) 555, aquele que pretende abrir caminho para a privatização de todas as empresas públicas, desde as federais até as municipais. É preciso 41 votos para impedir a aprovação da proposta. Até o momento, aqueles que se opõem à privatização somam 30 votos. Esse número de senadores, até o momento (16h), havia afirmado apoio a um projeto substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Por causa disso, a votação, prevista para hoje, foi adiada por tempo indeterminado. O substitutivo altera 20 pontos considerados “críticos”, como a proposta original de transformar as estatais em sociedades anônimas a partir da simples aprovação dos conselhos de administração de cada empresa.

O PLS 555 é de autoria de uma comissão mista composta por apenas cinco parlamentares, todos do PSDB e do Solidariedade. Opõem-se a ele senadores do PT, do PCdoB, PSOL, parte do PDT e do PMDB, segundo informações do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Trancar a pauta

Há ainda a possibilidade de alguma MP (medida provisória), entre as 21 que estão na fila de votação, ser levada a apreciação do plenário, o que trancaria a pauta – hipótese

anunciada aqui ontem. Reunião do colégio de líderes partidários, realizada no início desta tarde, apontou nessa direção.

Porém, segundo avaliação do Diap, a maior possibilidade é que qualquer uma dessas MPs seria aprovada com rapidez, o que permitiria que o PLS 555 fosse votado ainda hoje.

Durante todo o dia, dirigentes sindicais, da CUT, da CTB e da Conlutas, percorreram gabinetes de senadores na tentativa de colher apoio à derrubada do PLS 555.

Mudança na lei de partilha

Outro risco ronda os trabalhadores e a soberania nacional nos corredores do Senado. O projeto 131, do senador José Serra (PSDB-SP), que objetiva retirar da Petrobrás a exclusividade na operação de pelo menos 30% das reservas do pré-sal, também está na fila de votação. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), já manifestou simpatia pelo projeto.

Segundo revelou a assessoria de um gabinete do PT no Senado, “nenhum senador do partido tem a menor ideia do que o governo federal tem conversado” nem com Renan nem com Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos idealizadores do PLS 555.

*Texto escrito por: Isaías Dalle, publicado dia 16 de fevereiro, disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/antiprivatistas-precisam-de-11-votos-para-derrubar-pls-555-7a9e/>.*

## NOTA DE CONGRATULAÇÕES



**APUR**  
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

A diretoria da APUR, reunida no Campus de Cruz das Almas, deliberou por congratular-se com a comunidade do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) que recentemente participou de processo para definir sua gestão para o próximo quadriênio. No campus, situado em Cachoeira, serão empossados os docentes Jorge Luiz Cunha Cardoso Filho e Gabriel da Costa Ávila. A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) parabeniza a nova direção, ao tempo em que se coloca à disposição dos novos gestores para contribuir com críticas e propostas nas discussões de interesse desta comunidade, em especial, às questões atinentes a categoria docente.

Cruz das Almas – BA, 15 de fevereiro de 2016  
Diretoria da APUR



## APUR RECEBE RESPOSTAS SOBRE PROGRESSÕES NO CFP



Na reunião de negociação no dia 2 de fevereiro, a reitoria respondeu positivamente sobre os processos de progressão funcional dos docentes do CFP– neste momento totalizam onze- que estão em andamento, alguns deles desde fevereiro do ano passado. Segundo o Reitor, todos eles estão em sua mesa para despacho depois de devidamente instruídos naquilo em que foram requeridos pelas instâncias competentes, sem o que eram impossíveis os encaminhamentos.

A diretoria da APUR aproveitou este ponto de pauta para discutir a possibilidade de simplificação do processo, visto que o CFP é o centro onde mais ocorrem questões sobre progressão funcional. A reitoria mostrou-se disposta a colaborar e criar, junto à APUR, formas que impeçam os atrasos no Centro. Nos próximos dias, conforme a reitoria, todos os professores que pleitearam sua progressão terão suas progressões publicadas.

### COMISSÃO ENTREGARÁ MINUTA SOBRE CARGA HORÁRIO DOCENTE EM MARÇO

Até março, a reitoria comprometeu-se a enviar ao CONSUNI a substituição da Resolução 03/2008 para apreciação dos conselheiros. Após a instituição de uma comissão – representantes dos diretores dos centros, da CPPD e da administração central – que estudou as modificações instituindo a carga horária mínima de oito horas e máxima de doze horas, falta ainda finalizar a minuta substitutiva. As polêmicas estão em torno da

carga horária máxima que, segundo a reitoria, podem ser debatidas pelo CONSUNI. Contudo, a reitoria concorda com a proposta da APUR e espera que até o início do próximo semestre o CONSUNI tenha se manifestado sobre a mudança da resolução.

### SISTEMA ON-LINE PODE MELHORAR E QUALIFICAR O TRABALHO DOCENTE

Um dos maiores gargalos para a qualificação do trabalho docente são as falhas do sistema acadêmico on-line. A APUR vem discutindo, desde a gestão passada da reitoria, os ajustes e modificações neste sistema. Ontem, na reunião com a reitoria, foi garantida a completa implantação do novo sistema para o semestre 2016.1.

A reitoria comunicou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC, com apoio das equipes da PROAD e da PROPLAN, já implantou os módulos do SIPAC (protocolo, almoxarifado, catálogo de materiais e contratos) e do SIGRH (férias). Após a assinatura do contrato com a empresa licenciada foi realizada a revisão do ambiente computacional e atualização dos módulos implantados. O que está em andamento são as ações de implantação do módulo de graduação – primeiro do SIGAA, que permitirá a comunicação entre as áreas da universidade e gerenciamento das ações planejadas. Para isso será necessário não só o treinamento – que já está acontecendo – como a migração da base de dados do Sagres, análises, testes etc. Após tudo isso todo o sistema estará integrado qualificando a informação e a integração na universidade, alega a reitoria. A APUR está acompanhando de perto a execução do calendário proposto pela gestão.

## NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA SILVA



A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) vem a público manifestar suas condolências aos familiares e amigos do professor Marcus Vinicius de Oliveira Silva, morto no dia 05 de fevereiro deste ano, na cidade de Jaguaripe. Marcos Vinicius era professor aposentado do curso de psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi ex-conselheiro do Conselho Federal de Psicologia e coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos.



Acesse: [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)